



IBRAIM ROCHA
GIROLAMO DOMENICO TRECCANI
JOSÉ HEDER BENATTI
LILIAN MENDES HABER
ROGÉRIO ARTHUR FRIZA CHAVES

MANUAL DE DIREITO AGRÁRIO CONSTITUCIONAL

Lições de Direito Agroambiental

3ª edição revista, ampliada e atualizada

O livro *Manual de direito agrário constitucional* apresenta-se como uma obra que aborda todos os temas do direito agrário brasileiro a partir e sob o enfoque da função social da propriedade e dos ditames do direito ambiental, irmãos gêmeos sem os quais o exercício do trabalho e produção no meio rural não se qualifica como exercício legítimo da posse agrária, que é o fundamento do direito de propriedade.

Área específica

DIREITO AGRÁRIO

Áreas afins

DIREITO AMBIENTAL

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DO DIREITO

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001562

M294 Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de Direito Agroambiental / Ibraim Rocha et al. 3. ed.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

552p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0629-9

1. Direito Agrário. 2. Direito Ambiental. I. Rocha, Ibraim. II. Treccani, Girolamo Domenico. III. Benatti, José Heder. IV. Haber, Lilian Mendes. V. Chaves, Rogério Arthur Friza. VI. Título.

CDD 342.1247
CDU 349.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROCHA, Ibraim et al. *Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de Direito Agroambiental*. 3. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 552p. ISBN 978-85-450-0629-9.

IBRAIM ROCHA

Procurador do Estado do Pará. Doutor em Direito (UFPA).

GIROLAMO DOMENICO TRECCANI

Professor de Direito Agroambiental da Graduação e Pós-Graduação da UFPA. Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental (UFPA).

JOSÉ HEDER BENATTI

Professor de Direito Agroambiental da Graduação e Pós-Graduação da UFPA. Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Pesquisador do CNPq.

LILIAN MENDES HABER

Procuradora do Estado do Pará. Mestre em Direito Internacional e Comparado do Meio Ambiente (Universidade de Limoges – França).

ROGÉRIO ARTHUR FRIZA CHAVES

Procurador do Estado do Pará.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
-------------------	----

PARTE I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO AGRÁRIO

Capítulo 1	
INTRODUÇÃO.....	23
Capítulo 2	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS.....	25
Capítulo 3	
DENOMINAÇÃO: AGRÁRIO X RURAL X FUNDIÁRIO.....	29
Capítulo 4	
DEFINIÇÃO, OBJETO, NATUREZA JURÍDICA E CONTEÚDO.....	31
Capítulo 5	
AUTONOMIA DO DIREITO AGRÁRIO.....	35
5.1 Autonomia científica e didática.....	36
5.2 Autonomia legislativa e jurisprudencial.....	39
5.3 Autonomia administrativa.....	42
Capítulo 6	
RELAÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO E OUTRAS CIÊNCIAS.....	45
Capítulo 7	
FONTES.....	51
Capítulo 8	
PRINCÍPIOS GERAIS.....	53

PARTE II

AS POSSES

Capítulo 1	
AS POSSES NO DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	61
1.1 Aspectos histórico-políticos da ocupação das terras no Brasil.....	61
1.2 Legislação portuguesa – Carta de Sesmaria.....	62
1.3 Implantação do sistema sesmarial no Brasil.....	63
1.3.1 Cláusulas contratuais.....	63
1.4 Regime de posse.....	64
1.5 Regime da Lei de Terras.....	65
1.6 Estrutura agrária na República.....	69
1.7 Estatuto da Terra.....	69

Capítulo 2		
SIGNIFICADO JURÍDICO DA POSSE E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO DE PROPRIEDADE		73
2.1	Etimologia da posse e posse agrária.....	85
Capítulo 3		
POSSE AGROECOLÓGICA		89
3.1	Conceito de populações tradicionais e posse agroecológica.....	90
Capítulo 4		
POSSES ÉTNICAS		97
4.1	Posse indígena	97
4.1.1	Natureza da posse indígena	97
4.1.2	Natureza jurídica da autorização do Congresso Nacional e oitiva das comunidades indígenas	99
4.1.3	Terras indígenas e julgamento da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol – Pet nº 3.388-STF	107
4.2	Posse quilombola	117
4.2.1	Conceito de remanescentes de quilombos.....	118
4.2.2	Compreensão do processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos – Significado e alcance	118
4.2.2.1	Breve análise de direito comparado nos estados brasileiros e norma federal do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos.....	118
4.2.2.2	Sobre o significado do autorreconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e interpretação jurídica...	136
4.2.3	Regime da posse quilombola e unidades de conservação	142

PARTE III

PROPRIEDADE RURAL E O SEU REGIME JURÍDICO

Capítulo 1		
ESTRUTURA DA TERRA BRASILEIRA. CONCEITO. CARACTERÍSTICAS. IDENTIFICAÇÃO		151
1.1	As terras públicas no ordenamento brasileiro	151
1.1.1	Destinação das terras públicas	152
1.1.2	Classificação das terras públicas	153
1.1.3	As terras devolutas.....	154
1.1.3.1	As terras devolutas e sua dominialidade.....	156
1.1.4	Terreno de marinha	158
1.1.4.1	Os terrenos acrescidos de marinha	160
1.1.5	Os terrenos marginais.....	160
1.1.6	Terras na faixa de fronteira	161
1.1.7	Várzea – Natureza jurídica e dominialidade.....	162
1.1.8	Ilhas e sua dominialidade	165
Capítulo 2		
FORMAS DE ACESSO À PROPRIEDADE RURAL		169
2.1	Legitimação e regularização de posse.....	169
2.1.1	Distinção entre legitimação de posse e regularização de posse	170
2.1.2	Regularização fundiária na Amazônia Legal e demais regiões – Lei Federal nº 11.952, de 25.6.2009 – Com alterações da Lei nº 13.465/2017 que converteu a MP nº 759, de 22.12.2016	171
2.1.2.1	Imóveis passíveis de regularização	175
2.1.2.2	Requisitos objetivos e subjetivos.....	176
2.1.2.3	Formas de titulação das ocupações	177
2.1.2.4	Aplicação da Lei Federal nº 11.952/09 pelos estados e municípios da Amazônia Legal, além de outras regiões.....	183
2.1.3	Limitações constitucionais da regularização fundiária	184
2.2	Colonização	185
2.3	Assentamento	185
Capítulo 3		
DISCRIMINATÓRIA		189
3.1	Introdução	189
3.2	Discriminatória administrativa	192
3.3	Discriminatória judicial.....	195

Capítulo 4		
ARRECADAÇÃO SUMÁRIA		197
Capítulo 5		
DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL		199
Capítulo 6		
USUCAPIÃO AGRÁRIO		203
6.1 Antecedentes históricos e definições		203
6.1.1 Antecedentes históricos.....		203
6.1.2 Definição.....		204
6.2 Evolução legislativa e modalidades		205
6.3 Tipos fundamentais de usucapião		207
6.4 Exigências legais para ter direito à usucapião especial (denominada usucapião agrária ou <i>pro labore</i>)		208
6.5 Objetivos.....		210
6.6 Ação judicial – Lei nº 6.969, de 10.12.1981		210
6.7 Não podem ser objeto de usucapião		212
6.8 Usucapião extrajudicial.....		216
6.9 Usucapião coletiva de imóvel rural		224
6.9.1 Conceito		226
6.9.2 Estatuto da Cidade, interesses tutelados e meio rural.....		227
6.9.3 Modalidades dos interesses metaindividuais no direito brasileiro e usucapião coletiva		228
6.9.4 Modalidades de interesses metaindividuais e ação de usucapião especial coletivo – Lei nº 10.257/01 – Elementos para sua adequada compreensão		229
6.9.5 Condições da ação.....		230
6.9.5.1 Interesse processual ou interesse de agir.....		230
6.9.5.2 Legitimidade <i>ad causam</i>		231
6.9.5.3 Legitimidade restrita da ação de usucapião coletiva e legitimidade concorrente e disjuntiva de outros instrumentos de ação coletiva		234
6.9.6 Aspectos materiais para resolução do conflito		235
6.9.7 Aspectos procedimentais da usucapião coletiva e formação da relação jurídica processual		238
6.9.8 Competência		241
6.9.9 Execução		242
6.10 Notas conclusivas sobre usucapião coletiva.....		242
Capítulo 7		
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR PARTE DE ESTRANGEIROS		247
7.1 Estrangeiros.....		248
7.2 Modos de aquisição		248
7.2.1 Pessoa física		249
7.2.2 Pessoas jurídicas		250
7.3 Vedações legais para aquisição de propriedades por parte de estrangeiros		251
PARTE IV		
LIMITAÇÕES AMBIENTAIS AO DIREITO DE PROPRIEDADE		
Capítulo 1		
ESTRUTURA DA PROPRIEDADE AGROAMBIENTAL E SEU REGIME JURÍDICO		255
1.1 A função social e ecológica da propriedade privada rural como um direito fundamental e constitucional.....		257
1.2 A propriedade rural como elemento configurador dos mandamentos constitucionais.....		259
Capítulo 2		
FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE		263
Capítulo 3		
NATUREZA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE E DOS BENS AMBIENTAIS.....		267

Capítulo 4		
DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS AMBIENTAIS		275
Capítulo 5		
TOMBAMENTO		277
Capítulo 6		
RESERVA LEGAL (RL)		279
6.1 Imóvel rural e a reserva legal (RL)		279
6.2 Utilização		283
6.3 Localização		283
6.4 Registro da reserva legal junto ao cadastro ambiental rural		284
6.5 Percentuais de propriedade e problemas de localização		284
6.6 Recomposição de reserva legal		285
6.7 Compensação de reserva legal		285
6.8 Possibilidade de compensação de reserva legal em terras públicas		286
6.9 Áreas de preservação permanente		288
Capítulo 7		
ÁREA DE USO INTENSIVO		293
7.1 Imóvel rural e área de uso intensivo (AUI)		293
Capítulo 8		
SERVIDÕES		295
8.1 Servidão de trânsito		295
8.2 Servidão florestal e servidão ambiental		295
8.3 Servidão minerária e servidão civil		296
8.3.1 Indenização prévia das servidões minerárias		296
8.4 Jurisprudência relacionada		298
8.4.1 Servidão minerária e civil – Institutos diferentes		298
8.4.2 Outros tipos de servidões incidentes sobre a propriedade – Servidão administrativa		298
Capítulo 9		
LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA (LAP) E TERRAS RESERVADAS		301
9.1 Origem e natureza jurídica do instituto da limitação administrativa provisória e sua distinção das terras reservadas		301
9.2 Procedimentos para instituição da limitação administrativa provisória e terras reservadas		304
Capítulo 10		
DOMÍNIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POSSE AGROECOLÓGICA		307
10.1 Modalidades de unidade de conservação		312
10.2 Criação de unidade de conservação e populações tradicionais		316
10.2.1 Natureza jurídica do domínio das unidades de conservação e instrumento de regularização fundiária para as comunidades tradicionais		317

PARTE V
POLÍTICA AGRÍCOLA

Capítulo 1		
POLÍTICA AGRÍCOLA		323
1.1 Crédito rural		326
1.2 Cadastro rural		328
1.3 Imposto Territorial Rural (ITR)		329
1.3.1 Finalidades		329
1.3.2 Fato gerador, base de cálculo e alíquota		330
1.3.2.1 Fato gerador		330
1.3.2.2 Base de cálculo		331
1.3.2.3 Alíquota		332
1.3.3 Imunidades e isenções		333

PARTE VI
REFORMA AGRÁRIA

Capítulo 1

REFORMA AGRÁRIA	337
1.1 Conceito	337

Capítulo 2

DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA	345
2.1 Conceito e objetivos	346
2.2 Bens objeto da desapropriação para fins de reforma agrária	346
2.3 Fase administrativa do processo de desapropriação	349
2.3.1 Vistoria	349
2.3.1.1 Vistoria e características do Manual de Obtenção de Terras do Incra	349
2.3.2 Pagamento das TDAs	354
2.3.3 Condições do imóvel, pagamento da terra pelo beneficiário da reforma agrária, e outros aspectos dos assentamentos e seu desmembramento	355
2.4 Desapropriação judicial por interesse social para fins de reforma agrária	357
2.4.1 Decreto	359
2.4.2 Requisitos e características da ação judicial	359
2.4.2.1 Petição inicial e citação	359
2.4.2.2 Contestação	361
2.4.3 Procedimentos da instrução e julgamento	362
2.4.4 Recursos e execução	362
2.5 A justa indenização na ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária	364
2.6 Avaliação das terras – Correta metodologia – Impossibilidade de se avaliar bens naturais como um valor próprio independentemente da intervenção humana	364
2.6.1 Exclusão de espécies arbóreas e terras sem efetivo uso – Meras potencialidades não geram direitos a lucros cessantes	364
2.6.2 Exclusão de indenização de áreas cujo legislador define como fora do uso econômico – Espécies arbóreas declaradas imunes de corte – art. 45, inc. III, da Lei nº 9.985/2000 c/c regras da Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal – Sobre as áreas de preservação permanente e reserva legal	366
2.6.3 Impossibilidade de indenização de lucros cessantes ou compensatórios de áreas sem efetivo uso econômico – Não se indenizam meras potencialidades – Somente o trabalho gera riqueza e direitos indenizáveis	370
2.7 Cálculo da indenização e incidência de juros compensatórios e de mora – Consequências do julgamento de mérito da ADI nº 2.332/DF	371
2.8 Domínio e indenização	379
2.9 Notas conclusivas sobre a indenização	380
2.10 Distinções entre o pedido de decretação judicial de perda da propriedade pelo não cumprimento da função social, previsto no art. 1.228, §4º, do CC, e usucapião coletiva	381
2.10.1 Elementos de distinção dos institutos jurídicos	383
2.10.1.1 Forma de apresentação do pedido	383
2.10.1.2 Forma de uso do imóvel	385
2.10.1.3 Da forma de manifestação da posse	386
2.11 Pedido de decretação judicial de perda da propriedade e intervenção do Poder Público	387
2.11.1 Pagamento da indenização e Poder Público	391
2.11.2 Notas conclusivas	393

Capítulo 3

DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS ATRAVÉS DE PEDIDO ADMINISTRATIVO	395
3.1 Grilagem como apropriação indevida de terras públicas	395
3.2 Regime jurídico da atividade notarial e de registro e possibilidade de declaração administrativa de nulidade de registros imobiliários	400
3.3 Declaração de nulidade de registros públicos pelas corregedorias dos tribunais de justiça – Constitucionalidade	402
3.3.1 Ainda a suposta violação do contraditório e da ampla defesa – Possibilidade de cancelamento administrativo de registros imobiliários nulos	411
3.4 Impossibilidade da responsabilidade civil objetiva do Estado decorrente de atos privados dos notários	417

PARTE VII
CONTRATOS AGRÁRIOS

Capítulo 1

CONTRATOS AGRÁRIOS	423
--------------------------	-----

Capítulo 2

DISTINÇÃO ENTRE CONTRATOS AGRÁRIOS E CONTRATO DE TRABALHO DE EMPREGADO RURAL.....

425

Capítulo 3

CONTRATOS AGRÁRIOS – CONCEITO.....

427

3.1	Princípios gerais	429
3.1.1	Autonomia da vontade	429
3.1.2	Supremacia do interesse público	429
3.1.3	Obrigatoriedade	430
3.1.4	Boa-fé.....	430

Capítulo 4

TIPOS DE CONTRATO AGRÁRIO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

431

4.1	Tipos de contratos agrários.....	431
4.2	Características gerais dos contratos agrários	432
4.2.1	Partes que intervêm nos contratos	432
4.2.2	Informalidade	432
4.2.3	Onerosidade.....	434
4.2.4	Sucessividade.....	434
4.2.5	Comutatividade.....	434
4.2.6	<i>Intuitu personae</i>	434
4.3	Cláusulas obrigatórias de todos os contratos agrários (art. 13 do Decreto nº 59.566/66)	434
4.3.1	Cláusulas de indenização das benfeitorias.....	436
4.3.2	Cláusulas que asseguram a proteção social e econômica do trabalhador rural (Dec. nº 59.566/66 e art. 13, V, da Lei nº 4.947/66).....	436
4.3.3	Extinção do contrato agrário	437
4.3.4	Inaplicabilidade das regras protetivas dos contratos agrários	439

Capítulo 5

ARRENDAMENTO

441

5.1	Definição	441
5.2	Características.....	441
5.3	Modalidades de arrendamento	443
5.3.1	Subarrendamento	443
5.4	Prorrogação do contrato e direito de preferência do arrendatário	443
5.5	Obrigações das partes do contrato de arrendamento	445

Capítulo 6

PARCERIA RURAL.....

447

6.1	Visão histórica.....	447
6.2	Conceito de parceria rural.....	447
6.3	Distinção entre a parceria rural e arrendamento.....	448
6.4	Partes e objeto da parceria rural.....	449
6.5	Formas e prazo na parceria rural	449
6.6	Partilha dos rendimentos da parceria rural	449
6.7	Falsa parceria rural.....	450

Capítulo 7

OUTROS TIPOS DE CONTRATO UTILIZADOS NO MEIO RURAL.....

453

7.1	Contrato de empreitada	453
7.2	Contrato de comodato	453
7.3	Contrato de usufruto	453
7.4	Contrato de pastagem ou invernação.....	453
7.5	Pastoreio	454

PARTE VIII
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Capítulo 1	
INTRODUÇÃO	457
Capítulo 2	
PRINCÍPIOS DO CÓDIGO FLORESTAL SOBRE A EXPLORAÇÃO FLORESTAL	459
Capítulo 3	
LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS – NORMA GERAL PARA OS CONTRATOS E CONCESSÕES FLORESTAIS	463
3.1 Princípios do Código Florestal e da Lei de Gestão de Florestas Públicas.....	465
3.2 Conceitos da Lei de Gestão de Florestas Públicas e a sua aplicação à exploração florestal	468
3.2.1 Conceitos dos objetos da gestão florestal.....	469
3.2.2 Conceitos operacionais da gestão florestal.....	470
3.2.3 Conceitos administrativos da gestão florestal.....	472
3.2.4 Conceitos políticos da gestão florestal	475
3.3 Dos modelos de pactuação para a gestão de florestas públicas e privadas.....	477
3.3.1 Gestão direta pelo Poder Público e particulares de florestas para a produção.....	478
3.3.2 Gestão mediante a destinação às comunidades locais.....	479
3.3.3 Gestão mediante concessões florestais.....	483
CONCLUSÕES GERAIS	489
REFERÊNCIAS.....	491

ANEXOS

ANEXO A – Direito Agroambiental na Constituição Federal	503
ANEXO B – Questões de Concursos	505
ANEXO C – Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.....	539